

**ATA N.º 22/2022****Data da reunião extraordinária: 30-11-2022****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 16:15 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim  
Carlos Manuel Pires Rei Amaro  
Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino  
Anabela Valente de Carvalho  
Rui Pedro Dias Gonçalves  
Luís José da Silva Forinho

**Outras Pessoas:****Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Maria de Fátima Matos da Rosa**Cargo:** Técnica Superior**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:****Operações Orçamentais:****Operações não Orçamentais:**



**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**PONTO 1**

**6205/22 - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2022/2023**

- Do Técnico Superior do Serviço de Educação, Dr. Rodrigo Bertelo, foi presente a seguinte informação referente às bolsas de estudo 2022/2023:

«Cessado o prazo para a entrega dos requerimentos referentes ao concurso de atribuição de Bolsas de Estudo, registam-se os seguintes pedidos:

**Requerimentos Entregues:**

1. André Filipe Rodrigues do Curral (Bolsa Académica)
2. Catarina Fernandes Moutinho (Bolsa por Excelência e Bolsa por Mérito)
3. Diogo José Martinho Rodrigues (Bolsa por Mérito)
4. Carolina Alexandra Bernardino Videira (Bolsa Académica)
5. Carolina Narciso Fernandes Palminha (Bolsa por Excelência)
6. Inês Inácio Simão (Bolsa Académica)
7. Rita Ventura Carrilho (Bolsa por Excelência e Bolsa por Mérito)
8. Lara Alexandra Santos Falcão (Bolsa Académica e Bolsa por Excelência)
9. Diogo Miguel Cardoso Reizinho (Bolsa Académica)
10. Pedro Filipe Gonçalves Pires (Bolsa Académica e Bolsa por Excelência)
11. Tiago Lopes da Silva (Bolsa por Excelência e Bolsa por Mérito)
12. Rita Viana Henriques Perna Miguel (Bolsa por Excelência e Bolsa por Mérito)
13. Joana Filipa Navalho Teixeira (Bolsa Académica e Bolsa por Excelência)

Para além da avaliação do cumprimento dos requisitos gerais de admissão ao concurso, foi avaliado o cumprimento dos requisitos pelos candidatos à bolsa académica através da avaliação da capitação média mensal do agregado.

Quanto à bolsa por excelência e bolsa por mérito, foi efetuada avaliação conforme disposto no artigo 4.º e 6.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo.

Assim informamos V. Exa. que os candidatos admitidos e não admitidos, por tipologia de bolsa, são:

**Bolsa Académica - Candidatos Admitidos e Seriadados**

1. Diogo Miguel Cardoso Reizinho
2. André Filipe Gomes do Curral
3. Joana Filipa Navalho Teixeira
4. Inês Inácio Simão
5. Pedro Filipe Gonçalves Pires

**Bolsa Académica – Candidatos Não Admitidos**

1. Carolina Alexandra Bernardino Videira (rendimento per capita superior ao IAS)
2. Lara Alexandra Santos Falcão (rendimento per capita superior ao IAS)

**Bolsa Por Excelência – Candidatos Admitidos e Seriadados**

1. Carolina Narciso Fernandes Palminha
2. Catarina Fernandes Moutinho
3. Rita Carrilho Ventura
4. Tiago Lopes da Silva
5. Joana Filipa Navalho Teixeira



6. Pedro Filipe Gonçalves Pires
7. Lara Alexandra Santos Falcão
8. Rita Viana Henriques Perna Miguel

**Bolsa Por Mérito – Candidatos Admitidos e Seriadados**

1. Catarina Fernandes Moutinho
2. Rita Ventura Carrilho

**Bolsa Por Mérito – Candidatos Não Admitidos**

1. Rita Viana Henriques Perna Miguel (não demonstrou ter obtido distinções nacionais ou internacionais conforme artigo 2.º do Regulamento)
2. Tiago Lopes da Silva (não apresentou documentação de suporte à candidatura)
3. Diogo José Martinho Rodrigues (não apresentou documentação de suporte à candidatura)

**Proposta:**

De acordo com a deliberação de câmara, em reunião realizada a 7 de junho de 2022, foi aprovada a atribuição de 4 Bolsas Académicas, 2 Bolsas por Excelência e 1 Bolsa por Mérito.

Informamos que foram rececionadas sete (7) candidaturas para Bolsa Académica, oito (8) candidaturas para Bolsa por Excelência e cinco (5) candidaturas para Bolsa por Mérito, encontrando-se a Análise em tabela anexa ao presente documento e, de acordo com o Regulamento em vigor.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a lista de atribuição das bolsas de estudo para o ano letivo 2022/2023, de acordo com a informação supra.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2**

**11492/22 - PROC.º DE OBRAS 29/22 - RUI TELMO FERREIRA BELO - REABILITAÇÃO /ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, ANEXO E MURO DE VEDAÇÃO – SITA NA RUA S. JOÃO DE DEUS, N.º 19 E 21 - APROVAÇÃO FINAL**

- Presente o processo de obras número 29/2022, em nome de Rui Telmo Ferreira Belo, referente à reabilitação/alteração e ampliação de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação, na Rua S. João de Deus, número 19 e 21, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer da Eng.ª Civil Liliana Atalaia, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 14/11/2022.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3**

**9024/22 - PROC.º DE OBRAS 23/22 - VALSILVA - CONSTRUÇÕES, LDA. - CONSTRUÇÃO DE MORADIA, ANEXO E MURO DE VEDAÇÃO - SITA NA RUA FORNO DO GRILO - APROVAÇÃO FINAL**

- Presente o processo de obras número 23/2022, em nome de Valsilva – Construções, Lda., referente à construção de moradia, anexo e muro de vedação, na Rua Forno do Grilo, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.



- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer da Eng.ª Civil Liliana Atalaia, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 08/11/2022.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO 4**

##### **11430/22 - E-REDES - INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 01/2007 - RECEÇÃO DEFINITIVA - LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO**

- Do Eng.º Civil, Guilherme Monteiro, da DGUO – Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação relativa à libertação de caução do alvará de loteamento n.º 01/2007, sito no Casal Saldanha Norte, em nome de Terrena – Comercialização de Imóveis, Lda.:

«De acordo com a carta da E-REDES em visualizar com a ref.ª 3256/2022/DSAS-AAT, datada de 19-10-2022, as infraestruturas elétricas do alvará de loteamento 01/2007, rececionadas a título provisório em 2015 estão em condições de ser rececionadas definitivamente, sugerindo a libertação do valor da caução referente a essa especialidade. Assim, poderá a Ex.ma Câmara autorizar a libertação da GB referente às IE, no montante atual de 41 764.32Euros, conforme indicado no mapa resumo em anexo 1.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, autorizar a libertação da caução, de acordo com a informação.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO 5**

##### **11912/22 - PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE 8 BLOCOS DE HABITAÇÃO DE CUSTOS CONTROLADOS - RUAS COR. JOAQUIM ESTRELA TERIAGA E DAS GOUVEIAS - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - ANÁLISE FASE 1 - ESTUDO PRÉVIO**

- Da arquiteta Ana Luísa Neves, da DGUO – Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação relativa à elaboração de projeto de construção de 8 Blocos de Habitação de custos controlados nas Ruas Cor. Joaquim Estrela Teriaga e das Gouveias para o Programa de apoio ao acesso à habitação – análise fase 1 – Estudo Prévio:

«Foram entregues os elementos de projeto relativos à 1.ª Fase:” Estudo prévio dos projetos das infraestruturas referentes às obras de urbanização do Loteamento Municipal e estudo prévio de 8 blocos de habitação” pelo prestador de serviços no âmbito do procedimento “Elaboração de projeto de construção de 8 blocos de habitação de custos controlados - Ruas Cor. Joaquim Estrela Teriaga e das Gouveias- programa de apoio ao acesso à habitação” (MGD 8404/22).

Analizados os projetos apresentados verificou-se o seguinte:

- Foi dado cumprimento ao previsto no contrato e no caderno de encargos para a presente fase verificando-se a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, reunindo condições de serem aceites;
- Decorrente da proposta de arquitetura dos blocos habitacionais, surge um ligeiro aumento de área bruta de construção (52,96m<sup>2</sup> no total do loteamento), para incluir a área de varandas, sendo necessário adequar o projeto de arquitetura do loteamento em conformidade. Não há alteração nos restantes indicadores urbanísticos do loteamento ou na implantação dos lotes. A alteração proposta



mantém o enquadramento da operação no Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor e restantes normas legais e regulamentares. A variação de área de construção (52,96m<sup>2</sup>) corresponde a 0,71% da área de construção do loteamento, pelo que, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 27º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, a presente alteração é aprovada por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades. Face ao exposto propõe-se:

- 1- Aprovar a alteração ao loteamento municipal Rua Coronel Joaquim Estrela Teriaga e Rua das Gouveias – Programa de apoio ao acesso à habitação, conforme memória descritiva e planta de síntese anexas.
- 2- Aprovar os projetos constantes da 1ª Fase:” Estudo prévio dos projetos das infraestruturas referentes às obras de urbanização do Loteamento Municipal e estudo prévio de 8 blocos de habitação”;

- A Câmara, deliberou por maioria, proceder de acordo com a informação técnica supra.

Votaram a favor os Vereadores Srs. Luís Forinho, Carlos Amaro, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e votaram contra os Vereadores Srs. Rui Claudino, Anabela Carvalho e Rui Gonçalves, que fizeram a seguinte declaração de voto:

«Tal como em situações anteriores, sobre a mesma matéria e verificando que as nossas observações não foram até ao momento concretizadas, nomeadamente a existência de um estudo sociológico que indicasse de forma clara as opções a tomar neste sentido e também sem sabermos o que se irá processar no Bairro Frederico Ulrich, a nossa votação é contra neste ponto.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

## **PONTO 6**

### **10641/22 - TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2022 A LIQUIDAR EM 2023**

- Da Técnica Superior Amélia Fernandes, da secção de Contabilidade, foi presente a seguinte ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de 2022 a liquidar em 2023:

«O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, designadamente no seu art.º 112.º, determina que cabe aos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal:

- Fixar a taxa de IMI a aplicar em cada ano dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do referido art.º 112.º, podendo esta ser fixada por freguesia (n.º 5 do art.º 112.º);

Podem igualmente, mediante deliberação da Assembleia Municipal:

- Definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto (n.º 6 do art.º 112.º);

- Definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a definida no número anterior (n.º 7 do art.º 112.º);

- Majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens (n.º 8 do art.º 112.º);



- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo a aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido (n.º 9 do art.º 112.º);
- Fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (n.º 12 do art.º 112.º)

Site AT:

[http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao\\_fiscal/codigos\\_tributarios/cimi/Pages/cimi112.aspx](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cimi/Pages/cimi112.aspx)

De acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis são as seguintes:

Prédios rústicos – 0.8%

(Revogada) (Redação da lei n.º 83-C/2013 - 31/12)

**Prédios urbanos – de 0,3% a 0,45%** (Redação da lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Nos termos do n.º 3 do atrás citado art.º 112.º do CIMI e salvo quanto aos prédios abrangidos pela alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º (Património imobiliário público sem utilização) as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente ao triplo, nos casos (redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro):

De prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio;

Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas.

Assim, atendendo a que a taxa para os prédios rústicos referida na alínea a) é fixada por lei e se mantém nos 0,8% e a alínea b) foi revogada, torna-se necessário que a Câmara delibere sobre a taxa a aplicar dentro dos intervalos previstos na alínea c), podendo esta ser fixada por freguesia.

Informa-se que no ano findo em reunião de câmara de 16-11-2021 e assembleia de 07-12-2021, foi fixada a taxa de **0,35%** para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

Ainda nos termos do art.º 112.º-A do CIMI (aditado pelo artigo 162.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), os municípios podem, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70



A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues, não sendo necessário qualquer pedido por parte dos interessados.

Nos termos do n.º 6 do art.º 112.º-A do CIMI a Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza aos municípios, até 15 de setembro, o número de agregados com um, dois e três ou mais dependentes que tenham, na sua área territorial, domicílio fiscal em prédio ou parte de prédio destinado a habitação própria e permanente. Foi recebida por email a referida informação a qual se resume:

N.º de dependentes	N.º Agregados (1)	Valor Patrimonial Tributário (2)	Coleta IMI 2021 (3)
1	1 232	82 796 368,22	246 180,67
2	775	59 543 947,04	182 817,99
3 ou mais	91	7 811 789,05	19 404,98

(1) Número de agregados estimado com base na declaração Modelo 3 de IRS de 2021.

(2) O VPT poderá variar em função da atualização trienal reportada a 31 de dezembro de 2022, nos termos do art.º 138º do Código do IMI ou inscrição/atualização da matriz.

(3) A coleta tem em consideração as isenções de IMI vigentes em 2021 bem como a dedução prevista no nº 1 do art.º 112º-A do Código do IMI comunicada pelo Município para esse ano.

Informa-se que no ano findo em reunião de câmara de 16-11-2021 e assembleia de 07-12-2021, foi deliberado apoiar as famílias mais numerosas (3 ou mais dependentes) com o valor de **70,00€**.

Site

AT:

[http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao\\_fiscal/codigos\\_tributarios/cimi/Pages/cimi112a.aspx](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cimi/Pages/cimi112a.aspx)

Ainda relativamente à taxa de IMI e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art.º 16.º, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar aprovar Regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções ou reduções de impostos e outros tributos próprios.

Informa-se que em 27-08-2021 foi publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 167 (páginas 315 a 323) a “Alteração ao Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município do Entroncamento”, o qual prevê um conjunto de Incentivos que se traduzem na redução do IMI, IMT, Derrama e Taxas Municipais. Contém igualmente toda a informação e procedimentos necessários relativos ao desenvolvimento, análise e decisão das candidaturas elegíveis neste âmbito.

O Regulamento encontra-se publicado na Página Oficial da Internet do Município do Entroncamento, podendo ser consultado em:

<https://www.cm-entroncamento.pt/component/content/article/186-regulamentos/640-regulamentos#apoio-ao-investimento-e-cria%C3%A7%C3%A3o-de-emprego>

A comunicação das taxas a aplicar no ano de 2023 deverá ser feita à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira até ao dia 31 de dezembro do corrente ano, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1, caso a referida comunicação não seja efetuada até àquela data limite (redação da Lei 42/2016 de 28 de dezembro).



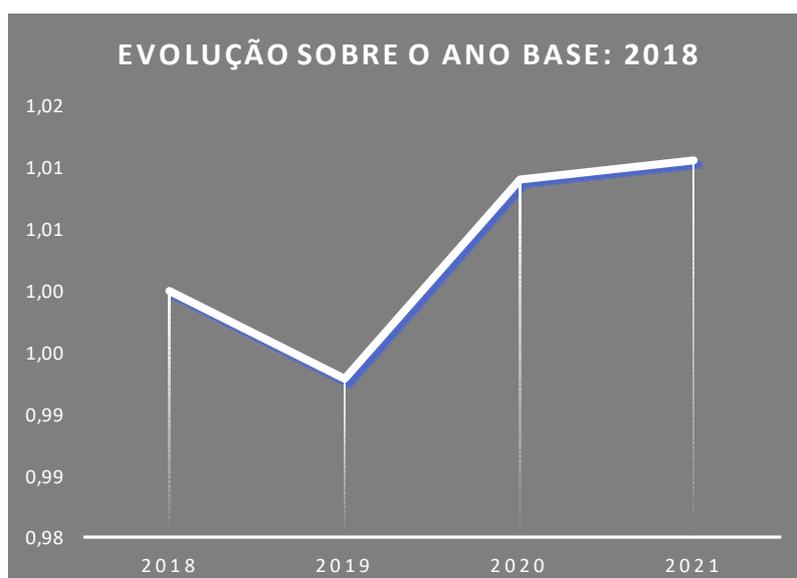
Como complemento à presente informação, informo V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que no ano findo e relativamente ao imposto em questão, a câmara recebeu 2.624.966,31€, sendo que, no ano que decorre e até à presente data, já foram transferidos 1.677.261,03€. Após aprovação pela Câmara Municipal o processo deverá ser remetido à Assembleia Municipal.

Anexa-se:

- Evolução da receita de IMI desde 2018 a 2021
- Histórico das taxas aplicadas desde 2015 a 2021
- Dedução fixa para agregados familiares no ano de 2021»

### Evolução da receita de IMI desde 2018 a 2021

Rúbricas	Ano base: 2018				
	2018	2019	2020	2021	2021-2020
Imposto municipal sobre imóveis	2 597 731,35	2 579 199,43	2 621 129,45	2 624 966,31	3 836,86
Variação sobre o ano base	1,00	0,99	1,01	1,01	



(Fonte: Prestação de Contas 2021-CME)

### Histórico das taxas aplicadas desde 2015 a 2021



**TAXAS VIGENTES DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO**

Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2021	-	0,35000	0,80

**HISTÓRICO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO**

Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2020	-	0,35000	0,80
2019	-	0,35000	0,80
2018	-	0,35000	0,80
2017	-	0,35000	0,80
2016	-	0,35000	0,80
2015	-	0,36000	0,80

(Fonte: Site AT - <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>)

**CONSULTAR DEDUÇÃO FIXA PARA AGREGADOS FAMILIARES**

Filtrar Ano: 2021

**FILTRAR**

**DEDUÇÃO FIXA PARA AGREGADOS COM DEPENDENTES DO MUNICÍPIO DE**

N.º de dependentes	Dedução fixa (em €)	Aplicar
1	20	Não
2	40	Não
3 ou mais	70	Sim

(Fonte: Site AT - <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>)

Nesta altura, o Exmo. Presidente, clarificou que a proposta é no sentido de “manter a taxa de IMI para o ano de 2023, para prédios urbanos de 0,35%, 0,80% para prédios rústicos, e Redução de 70€ da Taxa de IMI atendendo ao n.º de dependentes (3 ou mais dependentes)”.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta do Exmo. Presidente.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7**

**10651/22 - PARTICIPAÇÃO NO IRS**

- Da Técnica Superior Dr.ª Amélia Fernandes, do Serviço de Contabilidade, foi presente a seguinte informação sobre “Participação no IRS”:

« Nos termos do n.º 1 a 3 do art.º 26.º da lei 73/2013, de 3/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018 de 16/8, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano



imediatamente anterior, cuja informação deve ser comunicada via eletrónica à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Pretendendo-se assim dar início ao processo, deverá a câmara municipal deliberar qual a participação a aplicar neste ano, sendo que, no ano anterior em reunião da Câmara Municipal de 16-11-2021 e Assembleia Municipal de 07-12-2021 foi fixada a percentagem de 5%.

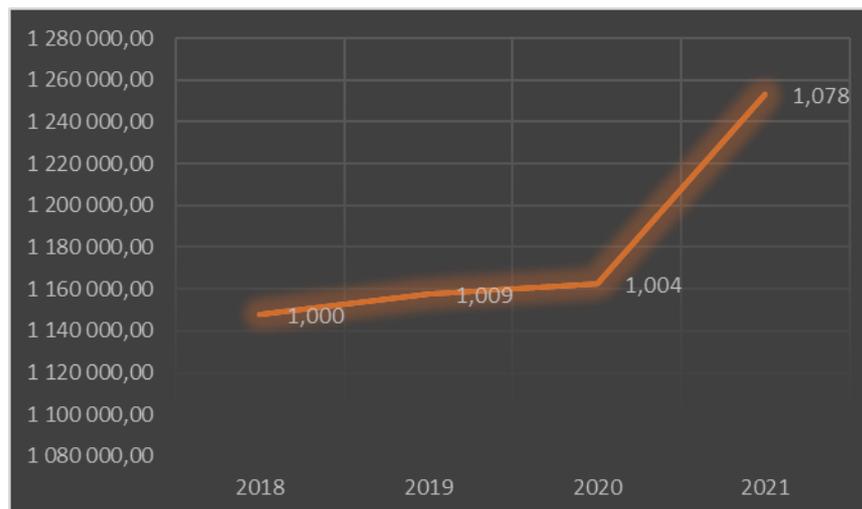
Após a deliberação de Câmara, o processo deve ser remetido para aprovação pela Assembleia Municipal.

Anexa-se:

- Evolução da receita referente a IRS desde 2018 a 2021
- Histórico das taxas aplicadas – 2016 a 2022 (ano dos rendimentos)»

**Anexo 1 – Evolução da receita referente a IRS desde 2018 a 2021**

Rubrica	2018	2019	2020	2021
Participação Fixa no IRS	1 147 754,00	1 157 692,00	1 162 575,00	1 253 015,00
Evolução sobre o ano 1	1,000	1,009	1,004	1,078



**Anexo 2 – Histórico das taxas aplicadas – 2016 a 2022 (ano dos rendimentos)**



HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO NO IRS DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO

ANO DOS RENDIMENTOS	PARTICIPAÇÃO	DATA DA ULTIMA ACTUALIZAÇÃO
2022	5,00 %	2021-12-10 15:03:05
2021	5,00 %	2020-12-21 12:03:33
2020	5,00 %	2019-11-29 10:15:44
2019	5,00 %	2018-11-28 09:55:54
2018	5,00 %	2017-11-23 15:45:04
2017	5,00 %	2016-12-07 15:34:53
2016	5,00 %	2015-10-01 11:05:29

(Fonte: Site AT - <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>)

- A Câmara, por proposta do Exmo. Presidente, deliberou por unanimidade, aplicar a participação de 5% no IRS a liquidar no ano de 2023.
- Mais deliberou remeter este processo à Assembleia Municipal.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

#### PONTO 8

##### 10628/22 - TAXA DE DERRAMA - COBRANÇA EM 2023 RELATIVA AO PERÍODO DE 2022

- Da Técnica Superior Dr.<sup>a</sup> Amélia Fernandes, do Serviço de Contabilidade, foi presente a seguinte informação sobre Taxa de Derrama – Cobrança em 2023 relativa ao período de 2022:

«Nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da lei 73/2013, de 3/9, com as alterações introduzidas pela Lei 51/2018, de 16/8, os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).

Informa-se que no ano findo, em reunião de câmara de 16-11-2021 e assembleia de 07-12-2021 foi deliberado aplicar uma Taxa de Derrama para 2022 no valor de 1,5%.

Atendendo a que as taxas devem ser comunicadas à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira até ao dia 31 de dezembro e para que se possa dar andamento ao respetivo processo, deverá a Câmara Municipal deliberar qual a taxa a aplicar para o ano de 2023.

Ainda nos termos dos n.ºs 22 e 23 do referido art.º 18.º, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama devendo para tal, de acordo com os n.ºs 2 e 3 do art.º 16.º aprovar Regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento das referidas isenções ou reduções de taxas.

Informa-se que em 27-08-2021 foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 167 (páginas 315 a 323) a “Alteração ao Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município do Entroncamento”. Relativamente à taxa de Derrama, o n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento, define as percentagens de redução de Derrama que as entidades poderão beneficiar relativamente à Criação Líquida de Postos de Trabalho. Contém igualmente toda a informação e procedimentos



necessários relativos ao desenvolvimento, análise e decisão das candidaturas elegíveis neste âmbito. Estas percentagens serão igualmente comunicadas à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Regulamento encontra-se publicado na Página Oficial da Internet do Município do Entroncamento, podendo ser consultado em:

<https://www.cm-entroncamento.pt/component/content/article/186-regulamentos/640-regulamentos#apoio-ao-investimento-e-cria%C3%A7%C3%A3o-de-emprego>

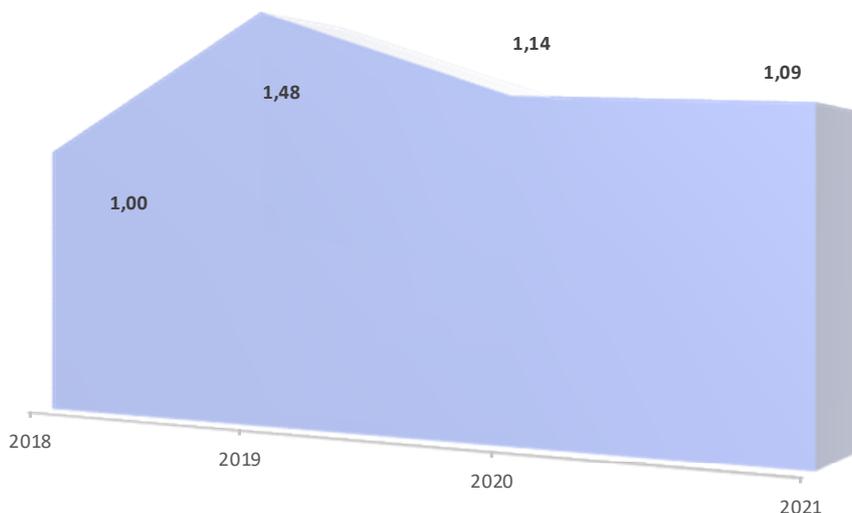
Anexos:

- Evolução das receitas de derrama no período de 2018 a 2021
- Comprovativo das taxas comunicadas a AT no ano anterior»

#### Evolução das receitas de derrama no período de 2018 a 2021

Rubricas	Ano base: 2018				
	2018	2019	2020	2021	2021-2020
Derrama	269 533,25	399 057,18	308 099,20	292 469,53	-15 629,67
Variação sobre o ano base	1,00	1,48	1,14	1,09	

Evolução sobre o ano base



(Fonte: Prestação de contas 2021 – CME)

- A Câmara, deliberou por maioria, aplicar o lançamento de uma derrama para o ano de 2023 no valor de 1,5%.

Votaram a favor os Vereadores Srs. Luís Forinho, Carlos Amaro, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e votaram contra os Vereadores Srs. Rui Claudino, Anabela Carvalho e Rui Gonçalves, que fizeram a seguinte declaração de voto:



«Os eleitos do Partido Social Democrata, votaram contra a proposta da taxa da derrama, pois consideram que os pressupostos que levam à redução ou isenção da mesma são redutores e insuficientes. Conforme proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, aquando da discussão do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município do Entroncamento, tentou incluir-se uma outra alínea, neste caso de isenção da derrama para empresas com Volume de Negócios inferior a €150.000, que foi rejeitado pelos votos dos eleitos do Partido Socialista e do Vereador Não Inscrito.»

- Mais deliberou remeter este processo à Assembleia Municipal.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

## **PONTO 9**

### **12416/22 - EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – 2023**

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação relativa a empréstimo a curto prazo para 2023:

«O regime de crédito dos municípios encontra-se regulamentado nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

Os artigos em questão referem que os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por Lei a conceder crédito.

O artigo 51.º em particular, que fala sobre os empréstimos de curto prazo, refere que este tipo de empréstimo é contraído apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

O novo regime financeiro das Autarquias Locais não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52.º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos a 31 de dezembro de cada ano, tendo por referência 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores. Tendo em conta este conceito será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ou seja, tal como referido, destinam-se apenas a gestão de tesouraria.

Para uma gestão de tesouraria eficiente estima-se que o valor adequado seria na ordem dos 600.000 €.

O pagamento do valor do empréstimo ficará garantido com as verbas do IMI a receber nos meses de junho, setembro e dezembro.

O valor do empréstimo destina-se unicamente ao bom cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) evitando que o município fique dependente da sazonalidade das receitas e faça a sua gestão de uma forma uniforme ao longo do ano.

Esta ferramenta permite ao município honrar os seus compromissos perante os fornecedores.

O empréstimo em modalidade de conta corrente será totalmente amortizado até 31/12/2023 e a sua utilização será feita tendo em conta as exigências mensais.

Tendo em conta o que foi referido na folha anterior propõe-se que a câmara delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal



para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico:

1. Autorize a Câmara Municipal a fazer a consulta, a pelo menos 3 intuições financeiras, sobre as condições de um empréstimo de curto prazo em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 600.000 € de utilização e com prazo máximo de reembolso até 31/12/2023;

2. Autorize a contratação deste financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo.

Mais se informa que o referido empréstimo irá estar previsto no Orçamento Municipal de 2023 com uma dotação orçamental na receita e na despesa no valor de 600.000 €, pelo que, a sua aprovação deverá ser feita juntamente com o Orçamento e GOP'S 2023-2027.

Tendo em conta que a liquidação empréstimo em causa irá ser efetuado até final do ano, ou seja, é considerado como dívida flutuante, não está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, autorizar a consulta e a contratação do empréstimo e enviar à Assembleia Municipal, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

## **PONTO 10**

### **12448/22 - ORÇAMENTO E GOP 2023-2027, MAPA DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA 2023**

- Presente o Orçamento e GOP's para o ano de 2023-2027, bem como o Mapa de Pessoal e Opção Gestionária, os quais se dão aqui como integralmente reproduzidos.

Nesta altura, o Exmo. Presidente fez a seguinte intervenção:

«O orçamento que nós apresentamos é um orçamento que, na sequência dos orçamentos anteriores, refletem a nossa ambição de dar um contributo para melhorar a nossa cidade de forma eficiente, de forma eficaz, socialmente inclusiva, solidária, competitiva e que promova uma utilização mais eficiente dos recursos e responda aos desafios da transição informática e digital.

É um orçamento que atinge cerca de 27 milhões 505 mil euros setecentos e quarenta e sete euros. É um orçamento de quatro milhões vírgula oito. Maior que o orçamento do ano anterior e para isso concorrem várias escalas.

Ao nível da receita, tem um acréscimo significativo da receita corrente relativamente ao ano anterior. São quase três milhões de aumento dessa receita corrente e, obviamente, também há esse reflexo ao nível da despesa.

Em termos globais, é um orçamento equilibrado, é um orçamento que privilegia também uma contenção na despesa de forma a gerar meios libertos para fazermos face esforço de investimento que se prevê. E temos aí a despesa de capital que eu de seguida irei esquematizar, de cerca de 10,3 milhões.

Mas como eu estava a dizer, é um orçamento que tem aqui um acréscimo significativo, relativamente a anos anteriores, na área das despesas correntes, muito em resultado daquilo que são as obrigações que assumimos no âmbito das transferências de competências da Administração Central para os municípios.

Estão a dizer-me que este orçamento foi alvo de reuniões preparatórias, não só com os representantes dos partidos com assento neste executivo, mas também



com os restantes partidos com assento na Assembleia Municipal, dos quais recolhemos várias propostas que foi possível integrar neste orçamento.

Temos aí uma desagregação das receitas, das despesas mais relevantes e eu gostava de referir aqui a despesa de pessoal, que atinge cerca de sete milhões, cento, e cinco mil euros, que só para terem uma ideia, em dois mil e vinte e dois foi significativamente mais baixa porque, como já tivemos ocasião de verificar, em que a despesa associada, por exemplo, à educação, resultado da transferência de competência, atinge cerca de 2,360 mil euros. Ou seja, não quer dizer que não tivéssemos já uma parte destas despesas, como sabem, porque nós já tínhamos parte das despesas da educação, mas uma vez consolidada esta transferência na sua totalidade, há de facto um reforço significativo no âmbito da despesa e também da receita. Se vamos ter transferência do Orçamento de Estado, é proporcional nesta área da educação.

Eu também já tive a oportunidade de referir, nós neste momento temos cerca de cento e dezassete/cento e dezoito pessoas na área das escolas, como funcionárias da Câmara Municipal, cento e oito, assistentes operacionais, quinze assistentes técnicos e uma técnica superior.

Por isso, uma das características deste orçamento, é termos pela primeira vez, o ano completo com o assumir da despesa e da receita, no âmbito da educação e também no âmbito da área social.

No âmbito da saúde, nós já temos aqui a previsão das receitas e das despesas para o próximo ano, no entanto, como sabem, ainda não assumimos essas competências. Estamos a fazê-lo em termos provisionais e logo se vê quando vamos assumir essas competências.

Com o assumir destas competências, há aqui um aumento no âmbito da despesa e também da receita, que são proporcionais de dois milhões e setecentos mil e ainda passa.

Relativamente ao social, também, como sabem, nós optámos por, nesta primeira fase, estreme lizar as duas áreas de apoio de intervenção social que nós recebemos. O apoio e a ação social, para o RSI, não a transferência dos subsídios do RSI, mas a avaliação e a gestão das situações do RSI. Optámos por fazer essa esterilização, pela simples razão de que a Segurança Social já o vinha fazendo há longos anos, contratualizando IPSS principais.

No nosso caso, fizemos um protocolo com o CERE no âmbito na ação de apoio social e, fizemos um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento no âmbito da RSI.

Ainda que no passado esse serviço do RSI do Entroncamento fosse prestado à Segurança Social pela Santa Casa da Misericórdia da Chamusca, foi possível contratualizar este serviço com a Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, sendo que as técnicas que estão a prestar este serviço, já o fazem, uma há treze anos e outras há 15 anos. São as mesmas e, dessa forma, podemos dar continuidade ao trabalho que vinha sendo feito.

O número de casos em avaliação é variável, mas nós temos cerca de cento e cinquenta casos de RSI que estamos a acompanhar e há aqui uma preocupação que nós já transmitimos às técnicas, como uma orientação clara, de que, todas as pessoas que reúnam as condições para receberem RSI, obviamente que o devem obter, desde que cumpram as questões legais, mas é importante que nós consigamos intervir junto dessas pessoas de forma a que as capacitemos e elas possam deixar de receber RSI, por serem integradas no mercado de trabalho, ou obterem outros rendimentos.



Esta foi a orientação e também aproveitarmos esta nova dimensão de intervenção na área social, para reforçarmos uma intervenção global. O que temos vindo a fazer, penso eu com grande sucesso. Quer a Câmara Municipal liderando, quer em conjunto com todos os parceiros que integram o plantel.

O nosso objetivo é que as pessoas não se perpetuem enquanto subsídio-dependentes, usufruam subsídios a que têm direito em situações “negras”, em situações de dificuldade na vida, mas que todos possamos contribuir para que elas estejam capacitadas para poderem sair desses sistemas de subsidiação.

Foram estas as orientações que foram dadas relativamente a este assunto.

Depois, temos um resumo das atividades mais relevantes, quer ao nível do investimento, quer ao nível corrente. E, ao nível das funções gerais da administração, temos o programa dois e o programa três. Um milhão quatrocentos e sessenta e nove para dois mil e vinte e três;

Segurança e Ordem pública - seiscentos e quarenta e dois mil euros. Segurança e ordem pública tem a ver com a perspetiva de termos a possibilidade de iniciar a construção da Esquadra;

Outro tem a ver com a questão da construção das novas instalações oficiais de serviços urbanos da nossa Câmara.

Entre outras atividades que poderão ser vistas de forma mais concreta.

O primeiro projeto tem a ver com a construção de núcleos habitacionais, como sabem a nossa estratégia para habitação tem aprovado um valor na ordem dos doze milhões cento e vinte e um mil euros e, prevê-se uma execução deste projeto de 17% em 2023; 49% em 2024 e 34% em 2025. O financiamento previsto, se as coisas correrem bem, é no âmbito do PRR, de 100%.

Queria também mais uma vez reafirmar uma dúvida que há pouco os caros colegas do PSD colocaram e que já foi reafirmado, está escrito na estratégia local de habitação, que aliás está suportada no diagnóstico social que foi realizado, que, a construção do novo parque de habitação, grande parte desses fogos, destinam-se a alojar os atuais habitantes do Bairro Frederico Ulrich, por falta de condições, por falta de dignidade das atuais habitações e, uma vez construídos estes fogos e alojadas essas as pessoas, as casas do Bairro Frederico Ulrich serão para demolir e ser-lhe-á dado o destino que a Câmara entender na altura.

Um outro projeto é o Bairro do Boneco. Um milhão e quase novecentos mil. A execução prevê-se 85% em 2023 e 15% em 2024. Neste momento o financiamento bancário até um milhão e quinhentos mil já está aprovado e espera-se que no futuro também possamos ter esta folga financiada no âmbito do novo quadro comunitário que não há meio de saírem avisos para podermos concorrer.

Outro projeto importante – Demolição e construção do Jardim Sophia de Mello Brayner Andresen – estamos ainda para fechar o valor da revisão do projeto que estamos a fazer, num valor estimado de dois milhões oitocentos e quarenta e cinco mil, com uma execução prevista em 40% em 2023 e 60% em 2024. Também aqui prevemos a existência de fundos comunitários como financiamento.

Depois a construção de novas oficinas municipais, com um valor na ordem de um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil euros, a ser executado em 77% em 2023 e 23% em 2024 e o financiamento bancário neste momento está aprovado até um milhão e duzentos e cinquenta mil, será também completado com uma componente de financiamento ao nível do fundo ambiental, cerca de cento e oitenta mil euros.

O Edifício para as Forças de Segurança, como disse há pouco, o investimento neste momento, um total de cerca de dois milhões e trinta e sete mil, com 30% de previsão em 2023 e 70% em 2024, com um financiamento através do contrato



programa, que será 100%, mas que estamos a aguardar a todo o momento que possa ser assinado e está dependente da aprovação da libertação das verbas por parte do Ministério das Finanças.

Como sabem, foi notícia ontem a remodelação do Governo, também houve mexidas aqui no Ministério das Finanças, quer com a saída de um Secretário de Estado, quer com a criação de mais uma secretaria de estado, esperemos que não seja uma razão invocada para mais atrasos relativamente a este projeto.

Requalificação com a gestão da nova centralidade, é também um projeto de grande importância e referência. Prevendo-se uma execução em 2023 de 9%, em 2024 de 79% e em 2025 de 12%. O financiamento estamos também na expectativa da abertura de avisos do novo quadro comunitário, para a existência de fundos comunitários.

Neste momento, como sabem, nós já aprovámos neste executivo o projeto base, o projeto de arquitetura e estamos a aguardar a entrega do projeto das especialidades. Espero ainda este ano trazer à Câmara esse mesmo projeto das especialidades.

A reabilitação da antiga Estrada Nacional 3, no valor de um milhão e quinhentos mil. Mas esta reabilitação da Estrada Nacional 3, não tem a designação completa, porque esta reabilitação da antiga Estrada Nacional 3, inclui igualmente a reabilitação da ligação à Rua Elias Garcia, através dos Foros da Lameira. Será um projeto a desenvolver em duas fases. Em termos de obra física prevemos 21% em 2023, 24% em 2024 e o restante em 2025.

Também a mobilidade Urbana e ciclável, que é um valor de duzentos e oitenta e seis mil euros, com uma execução em 2023 em 100% e também financiamento por fundos comunitários. É um processo que se tem vindo a arrastar, houve ruturas no fornecimento de bicicletas, que neste momento está ultrapassado e esperamos que em janeiro seja uma realidade.

Outro projeto também aqui apresentado, é o do desvio da Ribeira de Sta. Catarina. Recebemos agora o estudo prévio definitivo e estamos em fase de desenvolver os projetos de especialidade e encontrar um acordo de financiamento que envolva também as Águas Vale do Tejo e, fundamentalmente, é uma obra que, a realizar-se, será essencialmente realizada em 2024 e 2025.

O projeto da vídeo vigilância, que como sabem, já aprovámos na Câmara o protocolo com a PSP distrital. Vai ser assinado e espero que para a próxima semana possamos assinar e, estamos a dar início à contratação do Serviço para o projeto de videovigilância para a cidade do Entroncamento. Depois de aprovado e em articulação com a PSP, tem de ser submetido às entidades licenciadoras e só depois é que se pode concretizar na prática. É um projeto que, o prazo de execução está pouco dependente de nós. Mas o que está dependente de nós, vamos tentar ser céleres, com seja a questão da assinatura do protocolo, a contratação da prestação de serviços da elaboração do projeto e depois, as outras fases já vão depender da celeridade dessas entidades. O valor é de cento e quarenta mil euros e temos aqui uma previsão para 2023 de 23% e para 2024 de 77%.

O Jardim Afonso Serão Lopes – arranjo urbanístico, cerca de cem mil euros, a executar em 2023.

São estes os principais investimentos e depois temos o mapa das atividades mais relevantes, também organizadas por programas.



Para a Educação, não estão aqui incluídos os custos com o pessoal, os oitocentos e setenta e nove mil euros, são essencialmente para projetos dos quais nós temos aqui alguns exemplos.

Como sabem, com a aceitação das competências para o município, nós também estabelecemos um contrato interadministrativo com o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, através do qual há um conjunto de execuções e responsabilidades que ficam a cargo do Agrupamento e dessa forma nós transferimos também verbas em conformidade. E, fazemos essa transferência mensal. No total do ano inteiro, essa transferência totaliza cento e setenta e seis mil quinhentos e cinquenta euros. Também o pagamento das refeições escolares, como sabem, este ano iniciámos, penso que até agora com bastante sucesso, mais um refeitório do Agrupamento de Escolas, em que a confeção é própria, na Escola Dr. Ruy d'Andrade.

Até ao momento temos boas referências, sobretudo pela qualidade da alimentação e o aumento da preferência desse refeitório. Também já contratámos Serviços com uma dietista/nutricionista, para nos capacitar nessas matérias.

Também o projeto Estudar na Cidade, é um projeto que está dividido em dois polos. Um em colaboração com o CLDS, que funciona na antiga Escola das Tílias, outro aqui na Biblioteca Municipal. Também as AEC's, que é um programa que já tem alguns anos; as AAAF; o PEDIME, que é um projeto para o qual neste momento não temos ainda a garantia de financiamento comunitário, mas nós, a comunidade intermunicipal em conjunto com os municípios, tudo estamos a fazer para que venha novo acerto financiado, pois entendemos que é um programa com bastante interesse e qualidade para os nossos estudantes.

Ainda dentro das atividades mais relevantes, temos a questão da Água, dos Resíduos Sólidos. E no tratamento dos resíduos, quero dar-vos nota que, está definida a tarifa para o ano de 2023, que será a tarifa de 22, aumentada com a taxa de inflação. Ainda recentemente e por iniciativa do Entroncamento, na Assembleia da RSTJ, aquando da aprovação do orçamento do plano de atividades para o ano de 2023, aquele documento foi retirado, foi adiado o processo, porque estava igualmente prevista uma nova atualização tarifária para o próximo ano, com a qual não concordámos e mostrámos não haver necessidade e, está a ser preparado um novo orçamento e plano de atividades para 2023, sem qualquer acréscimo de tarifa, para além daquele que já foi aceite por todos os municípios de acordo com a inflação.

Temos outras funções como as alterações da dívida autárquica, cerca de um milhão seiscentos e cinquenta mil euros. Cerca de novecentos mil euros são para o serviço da dívida a médio/longo prazo; seiscentos mil euros para fazer face à dívida a curto prazo, que acabámos de aprovar e, cento e cinquenta mil e quinhentos euros para fazer face aos juros que, como sabem, esperamos que não subam, é uma mera estimativa.

Também nos principais projetos das atividades mais relevantes, eu queria realçar aqui o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários que o seu total atinge cento, e seis mil euros; os apoios às restantes coletividades do concelho, cento, e dezoito mil euros. E dizer que, quer um, quer outro, sofreram um aumento de 6,65% face ao ano anterior.

Na saúde, ainda não aceitamos a transferência, mas já temos aqui previsto despesas na área de limpeza e higiene, encargos com instalações, manutenção e conservação, vigilância e segurança e, não estão aqui incluídos os funcionários que iremos receber. É uma área em que nós e outros municípios ainda não estamos



muito confortáveis para receber esta transferência e por isso temos mostrado reservas enquanto não forem clarificadas algumas situações, que têm vindo a ser clarificadas a pouco e pouco.

Na área social, estão aqui vários projetos. A descentralização de competências, o tal acordo que fizemos com a Santa Casa da Misericórdia, à qual vamos transferir cerca de cinquenta e sete mil euros, relativo aos serviços que nos vai prestar no âmbito do RSI; Ao CERE, 35 mil euros, referente aos serviços que nos vão prestar no âmbito do apoio social. E depois há o cartão entroncamento solidário, cerca de 40 mil euros; O programa de apoio à natalidade, 42 mil e 500 euros; o programa "Vida Autónima" Balcão de Inclusão, 12 mil euros.

Estes são alguns dos programas que temos nesta área e que mantemos com o reforço das verbas.

Também aqui os setores regulados, água, 1 milhão 241; Saneamento de águas residuais, 713 mil; Gestão de resíduos urbanos, 827 mil.

Proteção do meio ambiente e espaços verdes, cerca de 140 mil e quinhentos euros; Atividades culturais, 374 mil euros; Projetos em conjunto com a Comunidade Intermunicipal e as tais operações da dívida aqui também refletidas.

Penso que, em termos gerais, serem estas as linhas mestras do orçamento para o qual pedia a vossa atenção e aprovação.

Foi possível acomodar várias propostas apresentadas pelo PSD e também por outros partidos.

De referir que não está aqui expresso, mas que é nossa intenção, logo no início do ano, proceder à aprovação do Regulamento de Apoio de benefícios aos Bombeiros Voluntários e da Reserva. E com isso também promover alguns apoios além daqueles que existem no quadro legal nacional. Não está aqui, mas neste momento temos já instalados desfibrilhadores em vários espaços desportivos, nomeadamente nas piscinas, no espaço entre os dois campos sintéticos, na área entre o campo relvado e o ténis e no Pavilhão Municipal e, é nossa intenção, logo que possível, alargar esses equipamentos quer ao Mercado Municipal, quer ao Cineteatro. Nesta instalação dos desfibrilhadores, não é só o equipamento que conta, mas também a importância de formar as pessoas. A generalidade dos nossos funcionários da área do desporto tem hoje essa formação para operar esses equipamentos e também envolvemos um número considerável de dirigentes de algumas Associações, tirando uma ou outra que não mostraram disponibilidade ou não puderam, mas vamos continuar a fazê-lo. Também o serviço de manutenção desse equipamento, precisa de apoio técnico. Portanto, é nossa intenção alargar esses equipamentos a outros espaços públicos, nomeadamente ao Mercado Municipal e ao Cineteatro, como há pouco referi.

Seguidamente, interveio o Sr. Vereador Luis Forinho:

- Tenho dificuldade em aceitar aqui alguns números, talvez pela minha condição mais humilde.
- Vou apenas expor aqui alguns pontos que, a meu ver, não se enquadram bem, ou eu estou a perceber mal.
- Apoios para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, nós temos aqui dois pontos que são, em grosso, quarenta e dois mil euros.

O Exmo. Presidente esclareceu:

O apoio para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Entroncamento, são cento, e seis mil euros, só para o ano de 2023. Porque o apoio



que nós damos aos Bombeiros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, está repartida em três dimensões, digamos. Ou seja, os valores que referiu, são o subsídio monetário direto, que é pago mensalmente, em doze prestações mensais. Depois, as equipas de intervenção permanente que existem neste momento, são financiadas cinquenta por cento pela Autoridade de Emergência de Proteção Civil e cinquenta por cento pela Câmara. Neste momento temos dez pessoas contratadas. Nós suportamos cinquenta por cento do custo, através do protocolo com a Autoridade de Emergência e Proteção Civil, e esta entidade suporta os restantes cinquenta por cento e também apoios pontuais, neste caso ao investimento, salvo erro, estão previstos no orçamento, dez mil euros. Tudo isso perfaz o montante de cento, e seis mil euros.

De novo interveio, o Sr. Vereador Luis Forinho:

Sim, são quatro pontos que estão aqui. Mas há aqui dois pontos que são: apoio à prestação humanitária aos Bombeiros Voluntários, visto que o terceiro ponto, que é o ponto onde tem o investimento maior, é o apoio à equipa de intervenção permanente, que são um pouco mais de sessenta e quatro mil euros. Mas eu achei estranho que o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, penso que é para os custos diários da Associação. Achei pouco pelo trabalho que eles vão efetuando em todo o concelho, dado que abrangem todo o concelho. Tive o cuidado de dividir isto e, quem vai receber a maior tranche, é essa equipa de apoio permanente, com sessenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro, que a Câmara Municipal vai financiar em cinquenta por cento.

Esclareceu o Exmo. Presidente:

Nós não financiamos diretamente nenhuma equipa. Os Bombeiros, com base num protocolo entre as três entidades, Autoridade de Emergência e Proteção Civil, a Câmara e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, contratam cinco pessoas, de acordo com o protocolo que está definido, a cada uma das equipas e o custo dessas pessoas, os ordenados dessas pessoas, são pagos normalmente pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento e nós pagamos cinquenta por cento desse custo (ordenado, segurança social, tudo). Mas pagamos aos Bombeiros.

Continuou o Sr. Vereador Luis Forinho:

Então estes pontos todos que estão aqui, é para um bolo, digamos assim, que é pago à Associação Humanitária e eles dividem depois dentro das suas necessidades. É que está aqui subdividido e, estando assim subdividido, eram só perto de 42 mil euros.

Depois temos Boletim Municipal e Agenda Cultural; Divulgação de Eventos e outros trabalhos tipográficos; Publicidade Institucional. Mais de cinquenta mil euros. Não consigo entender e, como não é a minha área, quando eu leio Boletim Municipal e Agenda Cultural e começamos a ver divulgação de eventos e outros trabalhos tipográficos, mais de cinquenta mil euros, eu considero sempre que é muito dinheiro, porque são 50 mil euros.

Era importante também começarmos a combater o máximo possível as cópias. Porque, cada vez que pedimos cópias à Câmara Municipal, temos de as pagar! E mesmo assim, vem aqui mais de dezasseis mil euros em cópias por ano. Na era digital, era muito importante nós começarmos a combater todo este gasto de papel que se está a fazer.



Depois achei muito estranho, até porque o meu nível cultural deve ser bastante baixo para achar isto – Simpósio de Escultura. É de escultura, ou de cultura?

O Exmo. Presidente esclareceu ser de escultura.

Continuou o Sr. Vereador Luis Forinho:

Para um Simpósio de Escultura no Entroncamento, 20 mil euros. Eu não consigo entender como se gastam 20 mil euros num simpósio de Escultura.

Mas não ficamos por aí. Vamos para um seminário e gastamos 10 mil euros, num seminário. Todo este valor, estes 30 mil euros, são pagos pelos nossos contribuintes. Eu não consigo entender qual é a importância. É importante com certeza, mas gastámos 30 mil euros num seminário e num simpósio de escultura. Fica difícil para mim aceitar estes valores.

Depois gastámos, em grosso modo, para os cabazes de Natal, cartão solidário, Dia municipal do Idoso, e nos diversos projetos, gastámos pouco mais de 80 mil euros, que é um esforço que a Câmara Municipal faz para os idosos da cidade. Portanto, também considero pouco. Até porque a nossa população está envelhecida, mas é já um bom princípio.

Depois temos gastos com o Balcão de Inclusão. Eu não consigo entender bem o Balcão de Inclusão. É aqueles que vêm viver para a nossa cidade e que merecem ajuda. Pessoas que nunca contribuíram e que vêm para a nossa cidade. Enfim, eu também cá vivi e nunca tive ajuda. De qualquer das formas, são doze mil euros para o Balcão da Inclusão.

Mas mais estranho ainda achei, depois de falarmos aqui em alguns números. Canil Intermunicipal, nós falámos disto há um ano. Nós não temos, é o de Torres Novas. 25 mil euros para um canil que nós não temos, é para ajudar o canil de Torres Novas.

Interveio o Sr. Presidente: Há um canil intermunicipal, que se localiza em Torres Novas. Não é o canil de Torres Novas. É o canil intermunicipal. É um canil de quatro municípios, Torres Novas, Entroncamento, Barquinha e Alcanena. E é um canil que nós suportamos a nossa parte, de acordo com as regras que foram estabelecidas.

Continuou o Vereador Luis Forinho: Estes 25 mil euros são para o Canil Intermunicipal, que é dos quatro municípios, e que eu continuo à espera de que apanhem, os cães que andam à solta ali no Bairro Frederico Ulrich. Andam sempre lá cães e cada vez que eu lá passo eles correm atrás de mim, deve ser pelo cheiro, ou pela beleza. Enfim, 25 mil euros para apanhar cães.

Depois, temos o controle da colónia de pombos. Já falámos aqui várias vezes sobre isto. Continua a haver pombos na cidade e, são mais 20 mil euros para controlar a colónia de pombos. Eles continuam a aparecer mortos nas ruas e eu acho um valor extremamente alto para controlar pombos.

Mas o que mais me estranha neste orçamento para 2023, é o programa de animação de património “Steampunk Fest”, que nós iremos financiar com 80 mil euros. Quando fornecemos pouco mais de 80 mil euros para os idosos, é quase o mesmo valor que damos á nossa Associação Humanitária de Bombeiros, dois terços do que damos para um ano de trabalho dos nossos bombeiros. E, nós vamos financiar os “Steampunk Fest”, oitenta mil euros dos contribuintes para uma festa, salvo erro, de três dias.

As festas da cidade, eu remeto-me ao silêncio. Nem vou comentar as festas da cidade. E continuamos com apoios à cultura, apoios cívicos religiosos. É uma



cidade que tem muita cultura, é uma cidade que tem muitos apoios. Eu vejo muito dinheiro gasto, que eu gostaria que fosse gasto de outra forma, mas enfim.

Para terminar, dinamização do comércio. Projeto viver o comércio, com 20 mil euros, que eu suponho que são os tais Vouchers que irão ser distribuídos. E projeto viver o comércio, que é aquisição de bens, 10 mil euros. São trinta mil euros que nós, que esta casa vai distribuir durante o ano de 2023 para a ajuda do comércio. Também acho pouco para a ajuda do comércio. O comércio passou durante dois anos uma fase extremamente difícil na cidade e, acho muito pouco investirmos apenas 30 mil euros no comércio e investirmos 80 mil euros numa festa de três dias, no "Steampunk".

Quanto aos Mercados e Feiras, a minha opinião sempre foi contrária à existência de um Mercado e uma Feira na cidade. Acho que se vende ali muitas bugigangas, muitos produtos que são manufacturados e que não deviam ser vendidos ali, mas que o são de uma forma estranha e, cada vez que nós terminamos a nossa feira do Entroncamento, basta visitar o local e ver os estragos que ficam, a sujidade que fica na nossa cidade, feita por esses comerciantes que não respeitam. Nós vamos gastar com a feira, em vigilância, segurança, limpeza e higiene, mais de 100 mil euros no ano de 2023.

Isto são alguns aspetos que eu acho estranho. Em alguns casos poderia ser reforçado com mais valores, noutros casos acho que há demasiado volume de dinheiro envolvido.

Na reunião preparatória para a aprovação do orçamento para 2023, em que estive presente o senhor Presidente e a senhora Vice-Presidente, eu dispus-me a aprovar o orçamento para 2023, se fossem aceites pelo senhor Presidente seis propostas que eu lhe apresentei. Essas propostas não foram aceites. 1. que se tinha de começar as obras da nova construção da Esquadra da PSP na cidade em 2023; 2. teria também de começar a instalação das câmaras de videovigilância no concelho, em 2023; 3. deveriam começar as obras, em 2023, do Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner, que também se arrastam; 4. deveria começar uma fiscalização rigorosa, no intuito de repor a Lei e a Ordem nos Bairros Sociais que estão entregues aos residentes, visto que a Câmara Municipal não fiscaliza e os residentes fazem aquilo que bem entendem; 5. Construção de uma nova rotunda, que eu acho mais que necessária, entre a Rua 5 de Outubro, 31 de Janeiro e a Rua São João de Deus; 6. Iniciação da proibição de circulação em toda a malha urbana de veículos pesados de mercadorias, excetuando os veículos de serviços para cargas e descargas do concelho.

Estas foram as seis propostas que eu, como vereador independente, apresentei ao senhor Presidente. Baseado nestas propostas e na falta de compromisso, na falta de honrar a palavra que dei às pessoas que me creditaram em 2021, que dar-se-ia o início da construção da Esquadra em 2022, o que não foi possível; e as câmaras de videovigilância também em 2022, que também não foi possível. E pela falta de cumprimento da minha parte, pois eu acabei por garantir à população que iria assim ser e ainda não chegámos ao final do ano. Mediante todas estas propostas que eu explanei, o meu voto para este orçamento será, não.

Fez uso da palavra o Sr. Presidente: Só uma pequena nota. Todas as propostas para nossa avaliação, são razoáveis, sejam elas de quem for e nós estamos sempre disponíveis para as enquadrar. Outras propostas, que não dependem de nós, apesar gostar muito que as obras da nova Esquadra começassem amanhã, eu não posso garantir, porque não depende desta Câmara o seu início; eu não posso garantir quando é que temos instaladas as câmaras de videovigilância, porque não



depende desta Câmara. E, o que aconteceu nos outros concelhos em que esses processos foram desenvolvidos, por vezes esse tempo demora 2, 3, 4 anos. Esperemos que agora demore menos tempo.

Naquilo que depende de nós, tudo faremos para estes processos sejam céleres. Eu não posso garantir que as obras da escola Sophia de Mello Breyner começam de imediato, sendo nossa vontade que isso acontecesse, porque, por exemplo, a empreitada que lançámos ficou vazia. Não sei se a próxima empreitada vai ficar vazia, não sei quanto tempo é que vai demorar o visto do Tribunal de Contas, não sei quanto tempo é que vai levar uma série de intervenções que não são da responsabilidade deste executivo, ou da Câmara Municipal, mesmo da Assembleia Municipal. Não depende de nós, portanto, eu não assumo compromissos daquilo que não depende de nós e, o senhor vereador está no seu direito.

Seguidamente, interveio o Sr. Vereador Rui Claudino:

Já fiz há pouco uma declaração de voto. Aproveito para cumprimentar o senhor Presidente, os senhores vereadores, a Dr.<sup>a</sup> Fátima Rosa, a Dr.<sup>a</sup> Tília Nunes, Helder Violante, Cláudio e também todos aqueles que seguem esta transmissão online.

Gostava de reforçar algumas das palavras que foram aqui proferidas e neste caso, pelo senhor Presidente, quando afirmou que integrou as propostas do PSD neste orçamento que agora está em discussão. Isso é verdade e nós congratulamo-nos com essa situação, porque nós estamos aqui, não para fazer exclusivamente política, mas porque queremos o melhor do Entroncamento e queremos contribuir para o melhor do Entroncamento. Aliás, essa foi a responsabilidade que nos atribuíram e ficou bem expressa nas últimas eleições autárquicas.

Nós gostamos do Entroncamento, nós queremos contribuir para o Entroncamento. Nós somos do Entroncamento. Nós não caímos aqui de paraquedas e não fazemos afirmações de quem não conhece minimamente aquilo que é o Entroncamento. Portanto, a nossa atitude na discussão deste orçamento, é sempre uma atitude positiva. Aliás, como praticamente em todas as nossas intervenções que aqui manifestámos e muitas vezes o nosso sentido de voto, que pode não acompanhar algumas das propostas, reflete as nossas decisões, as nossas opções e que, eventualmente, poderão ser diferentes daquilo que aqui são apresentadas. Mas é sempre no sentido de querermos o melhor para o Entroncamento e de termos, inclusivamente, uma alternativa para o Entroncamento.

Portanto, apraz-nos e é gratificante para nós, termos as nossas propostas todas incluídas neste orçamento, ao contrário daquilo que aconteceu no último orçamento, onde não tivemos nenhuma proposta aprovada. Mas, mesmo aí, nós quisemos demonstrar que nos interessava o desenvolvimento do Entroncamento e que a força política que ganhou as eleições, teria naquele ano as responsabilidades de avançar com as suas propostas e, por isso, não votámos contra o orçamento, abstivemo-nos.

Mas devo dizer que este orçamento não é o orçamento dos eleitos em representação do PSD. As nossas opções não seriam estas. Nós temos as nossas opções bem definidas e elas foram bem conhecidas e bem-apresentadas durante a campanha eleitoral. Não nos limitámos a um conjunto de slogans. Nós tínhamos um programa eleitoral, um programa eleitoral robusto, consistente e bem preparado e pensado para uma alternativa que, por pouco, não se concretizou.

As nossas opções são conhecidas, foram objeto de apreciação e discussão, e deliberação, muitas vezes contrária como já referi, ou foi votado e aprovado em reuniões de Câmara, nomeadamente com a questão do Parque Empresarial. A



nossa posição é conhecida sobre a forma como o processo foi conduzido e está a ser conhecido. Temos algumas reservas sobre aquilo que está a acontecer no Parque Empresarial, com a desistência de um conjunto de empresas que já tinham sinalizado o seu interesse nos vários lotes, o que põe em causa aquilo que foi uma proposta eleitoral por parte do PS. Os quinhentos empregos a criar no concelho, associados ao Parque Empresarial e, portanto, nós, em relação a este dossier, temos as nossas reservas, as nossas legítimas reservas.

O projeto de construção dos Blocos de Habitação a custo controlado, também é conhecida a nossa posição, manifestámo-la claramente, onde consideramos que há uma falta de critérios adequados para a tomada de decisão ou para as tomadas de decisão que foram realizadas para a construção destes blocos de habitação.

Evidentemente que em relação à Escola Sophia de Mello Breyner Andresen, também é conhecida a nossa posição. Nós somos contrários ao que foi aqui votado. Nós somos pela reabilitação e não pela demolição. Achamos que há condições técnicas e estruturais para optar por este caminho e seria uma solução mais rápida, uma solução com menos custos, uma solução não tão disruptiva como a que foi tomada para o sistema educativo e de ensino local. Quer desta escola, quer das outras escolas relacionadas com o mesmo nível de ensino.

Também temos algumas reservas e manifestámo-las em relação a vários outros aspetos. Eu saliento a questão da Carta Educativa e do Projeto Estratégico Educativo Municipal, onde gostávamos de ter visto um trabalho mais consistente, um trabalho mais robusto, mais adequado, porque consideramos que este é um aspeto de futuro para o Município do Entroncamento, ou para qualquer outro município. A educação desempenha um papel muito importante. Mas, realmente as nossas propostas contempladas neste orçamento, são para nós bastante gratificantes.

No entanto, eu gostava de destacar um aspeto particular que para nós é muito importante. Foi um dos principais aspetos pelos quais nos debatemos durante a campanha eleitoral – A questão da Segurança, a questão da Videovigilância. E nós agora podemos contemplar neste orçamento, de acordo com aquilo que nós propusemos já em sede do anterior orçamento. Nós sugerimos um sistema de videovigilância bastante avançado, relativamente aquilo que se queria instalar no concelho, e neste momento, este sistema de videovigilância tem as características que nós propusemos nessa altura. Esta era uma das principais rubricas do nosso programa e vê finalmente a luz do dia neste orçamento. Mas, também devemos dizer que este compromisso, que agora verificamos, não foi fácil de obter, porque mereceu sempre alguma resistência nas discussões que tivemos sobre este assunto, nomeadamente na discussão do anterior orçamento.

Fizemos, inclusivamente, em várias reuniões de Câmara, alertas no sentido de questões de segurança, nomeadamente as questões de segurança rodoviária, ou melhor insegurança rodoviária, sendo isto uma justificação, uma fundamentação para termos mais atenção às questões da segurança, mais atenção às questões do controle da segurança rodoviária. Nunca fomos atendidos e foi preciso, infelizmente, acontecer um acidente que vitimou uma criança da nossa cidade, para que se tomasse consciência daquilo que efetivamente estava a acontecer. Portanto, foi a partir dessa situação, que este sistema começou a ganhar alguma atenção. Portanto, para nós é muito importante que isso tenha acontecido.

Portanto, uma das nossas principais propostas, encontra-se agora inscrita no orçamento e isto é importante, não só para a questão efetiva para que o sistema de videovigilância é criado, mas para que o nosso concelho possa ser a cada dia mais



seguro e que essa segurança possa ser um elemento que vem melhorar a qualidade de vida das pessoas, para que as pessoas possam ter a percepção de um melhor sentimento de segurança e bem-estar para quem vive, trabalha e visita o Entroncamento.

Mas atenção, muita atenção, nós não iremos terminar esta nossa intervenção sem referir que não iremos desistir das nossas propostas que inscrevemos no nosso caderno/programa eleitoral. Este ano fizemos alguns avanços neste sentido, mas nós iremos debater-nos, sempre que possível, em todas as reuniões, em todos os momentos que sejam momentos de deliberação, de constituição de orçamento, de definição de propostas e projetos, pelas nossas propostas. E por isso, nós queremos que, no próximo ano, na discussão do próximo orçamento, as nossas propostas voltem novamente a ser consideradas e serão propostas mais robustas as que iremos apresentar, sempre no sentido de melhorar o bem-estar das pessoas que vive, trabalham e visitam o Entroncamento.

O documento que agora nos é apresentado, comparativamente ao documento anterior, é um documento que tem mais legibilidade, estruturalmente com melhor formação, que permite uma leitura mais linear, mais adequada e, portanto, nós queríamos deixar aqui o nosso reconhecimento aos técnicos e aos serviços responsáveis pela concretização e elaboração deste documento e reconhecer o seu trabalho.

O nosso sentido de voto, em relação a este orçamento e pelas razões aqui apontadas, uma vez que este não é o nosso orçamento, será o de abstenção.

Fez uso da palavra o Sr. Presidente: Só quero dar aqui três notas àquilo que o senhor vereador referiu.

A primeira nota, dizer-lhe que não ponha palavras na nossa boca, daquilo que nós não dizemos. Nós comprometemo-nos e estamos a cumprir na criação de quinhentos novos postos de trabalho, nunca dissemos associados apenas ao Parque Empresarial. Convém que o senhor Vereador seja rigoroso, porque nós gostamos do rigor e assumimos as promessas que fazemos, porque sabemos que somos capazes de as cumprir.

Uma segunda nota, é relativamente às observações que fez da Segurança. Porque todos nós, penso eu, sem exceção, queremos uma cidade segura e uma cidade melhor. Estar a dar a entender que houve um acidente mortal, por causa de uma criança e por causa de responsabilidades de A ou B, acho, senhor vereador, que não lhe fica bem e que deveria ter outro respeito pelas pessoas e pelas instituições. Dizer-lhe também, que o projeto de videovigilância é um projeto que estamos a trabalhar, porque é essa a vontade maioritária deste executivo e da Assembleia Municipal, que nós damos sequência a essas decisões. Mas já agora lembrar-lhe que, por acaso, nem foi o PSD o primeiro partido a propor esse sistema. Fazendo justiça, já no anterior mandato, o CDS, mais de uma vez o propôs. Portanto, é bom termos algum rigor.

Uma terceira nota, que eu queria referir, é que felizmente nós conversámos e enquadrámos, como disse o senhor vereador, praticamente todas as propostas que o PSD nos fez. Cada um sabe como vota, mas achamos estranho não votarem favoravelmente, mas isso é uma questão do PSD. Pela primeira vez os senhores apresentaram propostas em tempo e com razoabilidade. Eu recorro que, no orçamento para 2022, os senhores apresentaram a totalidade das propostas do vosso plano e, fizeram-no no dia em que já tínhamos o orçamento pronto e já tínhamos assumido o compromisso de enviar para os senhores vereadores e não tínhamos qualquer hipótese de acomodar aquelas propostas, porque eram



propostas que apontavam apenas despesa e não receita. Portanto, quando há razoabilidade nas propostas, quando elas são apresentadas em tempo, obviamente que nós temos toda a disponibilidade. Seja com o PSD, seja com qualquer outro partido de encontrar soluções que, em conjunto, achemos que são as melhores soluções para a cidade.

E foi isso que fizemos e é isso que voltaremos a fazer se as coisas forem feitas em tempo e com razoabilidade.

Nesta altura, o Sr. Vereador Rui Claudino, questionou sobre o número de postos de trabalho que já haviam sido criados, ao que o Exmo. Presidente respondeu que o executivo assumiu o compromisso de criar quinhentos, postos de trabalho, lembrando ao vereador Rui Claudino que deverá ser sério, porque nunca dissemos associados ao Parque Empresarial. Referiu ainda que se o vereador Rui Claudino não sabe disso, deverá ir ver o que está escrito.

Disse ainda que o executivo assumiu um compromisso de criar quinhentos postos de trabalho e vão cumprir no mandato. Neste momento já foram criados largas dezenas de postos de trabalho. Talvez o vereador Rui Claudino não saiba, porque anda distraído.

Voltou a frisar que o compromisso foi de serem criados no município quinhentos novos postos de trabalho e que o vereador se não sabe, é porque não está a par.

Nas empresas instaladas na Zona Industrial, foram criados vários postos de trabalho em várias empresas.

O Sr. Vereador Rui Claudino, solicitou que lhe fosse enviada uma informação fidedigna do número exato de postos de trabalho que já foram criados.

O senhor Presidente voltou a referir que já foram criados vários postos de trabalho neste mandato. E irão ser criados quinhentos postos de trabalho na nossa cidade.

E, se porventura isso não acontecer, não é por não se trabalhar diariamente para esse efeito. Todos os dias estão a trabalhar nesse sentido.

Referiu ainda que irá informar o vereador Rui Claudino, para que este fique esclarecido, os postos de trabalho que já foram criados no Entroncamento neste espaço de tempo.»

- Após análise e discussão deste assunto, o Exmo. Presidente colocou estes documentos à votação, que foram aprovados por maioria.

- Votaram a favor o Vereador Sr. Carlos Amaro, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente, votou contra o Vereador Sr. Luís Forinho e abstiveram-se os Vereadores Srs. Rui Claudino, Anabela Carvalho e Rui Gonçalves.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

### **ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

#### **ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Técnica Superior da Unidade de Serviço Jurídico, Dra. Fátima Rosa, elaborada a presente ata, coadjuvada pela Assistente Técnica Ana Ramos.

O Presidente da Câmara Municipal



Técnica Superior